

DOENÇAS LABORAIS EM PROFESSORES

Brenda Moreira Fiel¹

Santina Célia Bordini²

RESUMO

Este artigo objetiva problematizar as doenças ocupacionais como parte do cotidiano da profissão docente. A intenção é associar as condições de trabalho e a valorização salarial e social aos altos índices de adoecimento do professor no Brasil. Para isso, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica a partir de autores como Ruotti, Alves e Cubas (2007), Carlotto (2011), Cericato (2016), Pinheiro e Scheid (2017), Nóvoa (2019), entre outros, e também dados fornecidos por instituições como Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2019), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2014), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE, 2019) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP, 2018). Pode-se concluir que as doenças ocupacionais em professores não são enfermidades isoladas, mas um efeito colateral do sistema educacional. Assim, deve-se chamar a atenção para a implementação de políticas públicas que auxiliem na desnaturalização do sofrimento do professor e que haja conscientização do problema por parte de todos exigindo a criação de leis que amparem o trabalhador da educação no exercício de sua profissão.

Palavras-chave: Profissão docente. Doenças ocupacionais. Políticas públicas. Saúde do professor.

¹ Faculdade UNINA – Licenciada em Pedagogia. **E-mail:** fielbrenda@gmail.com

² Professora da Faculdade UNINA. Mestre em Educação. **E-mail:** santina@unina.edu.br

ABSTRACT

This article wants to problematize occupational diseases as part of the daily life of the teaching profession. The intention is to associate working conditions, wage and social appreciation with the high rates of illness of teachers in Brazil. For this, bibliographic research was used as methodology from authors such as Ruotti, Alves and Cubas (2007), Carlotto (2011), Cericato (2016), Pinheiro and Scheid (2017), Nóvoa (2019), among others and data provided by institutions such as the Pan American Health Organization (PAHO, 2019), Organization for Economic Cooperation and Development (OECD, 2014) and the National Institute of Studies and Research Anísio Teixeira (INEP, 2018). It can be concluded that occupational diseases in teachers are not isolated diseases, but rather a side effect of the educational system. Thus, attention should be drawn to the implementation of public policies that assist in the denaturalization of the teacher's suffering and that there is awareness of the problem on the part of everyone with the creation of laws that support the education worker in the exercise of their profession.

Keywords: Teaching profession. Occupational Diseases. Public policies. Teacher's health.

Introdução

As doenças laborais/ocupacionais vêm se tornando cada vez mais comuns entre professores que atuam na educação básica, especialmente os que trabalham no Ensino Fundamental. Os altos índices de exonerações, afastamentos e licenças médicas no meio docente causam problemas econômicos, educacionais e de salubridade. Acredita-se que devido ao excesso de funções acumuladas pelos professores, tanto pedagógicas quanto administrativas, prazos apertados e pressão constante por parte da comunidade escolar possam contribuir para o surgimento das doenças. Neste artigo, serão problematizados alguns fatores, como o desprestígio profissional, a desvalorização salarial, a violência escolar, a precarização da formação inicial e continuada, salas de aula lotadas e

infraestrutura decadente, que podem acarretar o surgimento de doenças nos professores.

Desprestígio social e desvalorização salarial

Uma pesquisa realizada pela The Varkey Foundation revela que, em uma lista de 35 países, o Brasil é a nação que menos valoriza seus professores. Apenas 8% dos brasileiros entrevistados disse que a profissão de professor tem prestígio semelhante à de um médico. Segundo Cericato (2016), se uma sociedade não prestigiar um professor em sua profissão, automaticamente haverá uma “reação em cadeia”, como a desvalorização salarial e o desrespeito à autoridade docente. Para Antônio Nóvoa (1991), o fato de muitos acreditarem que a profissão docente é uma “missão/vocação” ou até mesmo um “sacerdócio” é uma forma de diminuição e desvalorização do professorado, tanto em nível econômico como profissional e científico. Esse pensamento de Nóvoa (1991) e Cericato (2016) pode ser corroborado quando analisamos dados sobre o salário do educador brasileiro.

O artigo 2 da lei nº 93.94, de 1992, registra que deve haver a valorização do profissional de educação escolar. Em 2008, foi sancionada a lei do piso nacional salarial para os profissionais de magistério e educação básica, regulamentada na disposição constitucional. No ano de 2020, houve um reajuste do piso salarial desses profissionais em 12,84%, o que fez com que ele passasse de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,24 para professores da educação básica em início de carreira (BRASIL, 2020). Comparando-se esse valor com o de outras profissões de mesmo nível acadêmico, é possível notar que há uma discrepância em relação ao salário do professor. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (BRASIL, 2018) mostrou como a remuneração do docente no Brasil está abaixo da média em comparação a outros países que também fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Um professor brasileiro recebe em média 14.000 dólares anuais (OCDE, 2017), ficando apenas acima da Indonésia em remuneração.

Para contornar a má situação financeira, muitos professores optam por trabalhar em mais de um turno ou em mais de uma instituição. Isso acaba gerando sobrecarga física/emocional e descontentamento (PINHEIRO; SCHEID, 2017, p. 24). Ao se assoberbar com inúmeras atividades e responsabilidades, os professores acabam se desestimulando e perdendo o prazer de ensinar, ao ficar mais preocupados em cumprir metas e horários. Tudo isso pode levar a desânimo, estresse e ansiedade (FABER, 1991).

Violência escolar

Ao longo da história, a violência sempre acompanhou a evolução humana; por meio dela territórios e povos foram conquistados. Para a Organização Mundial de Saúde (2014), violência é definida como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

Infelizmente, a violência e a insegurança fazem parte do cotidiano de muitas escolas no Brasil. De acordo com a OCDE (2014), 12,5% dos professores brasileiros sofrem algum tipo de agressão pelo menos uma vez por semana nas escolas, sendo que a média global é de 3,4% (FACCI, 2019). Essas agressões variam entre físicas, patrimoniais, psicológicas/emocionais, manifestando-se sobretudo pela indisciplina, desrespeito e ameaças. Conforme Margis et al (2003), quando se está em um ambiente que constantemente ameaça sua integridade física/emocional, o cérebro passa a produzir noradrenalina, fazendo com que as células do *locus ceruleus* sejam ativadas por estímulos estressantes e ameaçadores, o que produz uma reação comportamental cardiovascular característica de medo. Essa condição faz com que o corpo fique em um estado de alerta constante e, a longo prazo, pode causar síndrome do pânico, transtorno de ansiedade e estresse pós-traumático. Ou seja, quanto mais um contexto escolar for violento com seus professores, maiores serão as chances de faltas, licenças médicas e até exonerações. Os sentimentos de angústia, raiva, desgosto, sofri-

mento, desmotivação e cansaço, apesar de serem de natureza psíquica, podem acabar afetando o corpo humano a longo prazo, com manifestações somáticas como elevação da pressão arterial, acidente vascular cerebral, síndrome do pânico, tremores e sudorese (PINHEIRO; SHEID, 2017, p. 27).

Infraestrutura decadente e salas de aula lotadas

Um ambiente de trabalho seguro, com uma boa infraestrutura e disponibilidade de recursos financeiros e materiais, é o ideal para qualquer instituição que preze pela saúde física e mental de seus funcionários. Porém, essa idealização, “local de trabalho saudável”, está longe de ser realidade em muitas escolas brasileiras. Não é incomum encontrar escolas com vidros quebrados, paredes rachadas, sem carteiras ou materiais didáticos adequados. Um estudo feito com base em dados do Censo de 2015 divulgou que apenas 4,5% das escolas públicas do país têm todos os itens de infraestrutura previstos em lei, no Plano Nacional de Educação (PNE). Em 2017, o próprio Censo declarou que há falta de estrutura e saneamento básico nas escolas brasileiras, sendo que apenas 52,3% possuem rede de esgoto.

Além dos problemas estruturais, outro fator a ser considerado como problema é a superlotação em salas de aula. O excesso de alunos em sala é um grande problema, pois deve-se considerar os ruídos, agentes e microrganismos que podem gerar doenças devido a aglomerações em espaços pequenos e pouco ventilados, e inquietação. Altran faz a seguinte afirmação: “A superlotação nas salas de aula interfere na qualidade do ensino nas escolas, pode-se dizer que a busca de respostas para esta pergunta trouxe à tona a existência de falhas que transcendem o direito à educação em si” (ALTRAN, 2019, p. 25).

Principais doenças psicoemocionais: depressão, ansiedade e síndrome de Burnout

A depressão é uma doença psiquiátrica caracterizada por transtornos de humor que se manifestam por tristeza e melancolia profunda. Estima-se que

300 milhões de pessoas vivem com o transtorno depressivo, com um aumento nos casos de 15% desde 2005 (OPAS, 2017). No meio educacional, não seria diferente. Após analisarmos as condições precárias do sistema educacional brasileiro, não causa surpresa o surgimento de tantos casos de professores com transtornos depressivos. Não podemos afirmar categoricamente que a depressão surge devido ao ambiente escolar, mas podemos confirmar que ele é um potencializador para a piora dos quadros clínicos.

Um estudo realizado pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho (2017) mostrou que a docência está entre as dez profissões com mais indivíduos depressivos. O professor, em seu trabalho, enfrenta inúmeros desafios e assume grandes responsabilidades, constituindo uma das categorias profissionais mais sujeitas a apresentar sofrimento mental (TOSTES, 2018, p. 90).

A ansiedade também faz parte das doenças que mais vêm crescendo em meio aos professores. Ela é caracterizada como preocupação excessiva e frequentemente vem acompanhada dos seguintes sintomas: irritabilidade, dificuldade em concentrar-se, inquietação, fadiga e humor deprimido (SCARPATO, 2019). Com as exigências constantes, excesso de trabalho e responsabilidades não seria incomum encontrar profissionais com tal transtorno. Em 2019, o Sindicato de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOSPS) efetivou uma pesquisa com diferentes professores, apontando que 20% possuíam TA e outros 40% tinham algum tipo de doença psicossomática causada pelo trabalho. Trata-se de uma epidemia destrutiva! Os transtornos de ansiedade são respostas do organismo que sofre com o nervosismo e o cansaço mental diários enfrentados pelos docentes (BEAGLEY, 1998).

Além da depressão e da ansiedade, outra doença que vem crescendo e se tornando mais comum no meio educacional é a síndrome de Burnout. Em 2018, a Associação Nova Escola desenvolveu uma pesquisa com mais de cinco mil educadores e constatou que 63% tiveram ou têm que se afastar do trabalho por apresentarem sintomas dessa síndrome: dores de cabeça crônicas e estresse excessivo, entre outros.

A Classificação Internacional de Doenças (CID), inciso XII, código Z73, caracteriza a síndrome de Burnout como exaustão vital que causa esgotamen-

to emocional, esvaziamento afetivo, diminuição do envolvimento pessoal e no trabalho, insensibilidade, afastamento excessivo do público e despersonalização (CORBAL, 2014). Silva e Carlotto (2003) afirmam que tal síndrome não afeta apenas o professor, mas toda a instituição, pois, quando ele não consegue concretizar seus objetivos pedagógicos, acaba causando uma crise educacional.

Nos últimos anos, o uso de medicamentos psicotrópicos no Brasil só aumentou. Para diminuir essa sensação de desgaste e infelicidade, alguns profissionais acabam recorrendo a terapias com grupos farmacológicos que parecem atuar de maneira eficaz no sentido de devolver a sensação de bem-estar (SOUZA; NETO FILHO, 2010 apud SEGAT & DIEFERNTHAELER, 2013 p. 47). Infelizmente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA —, (BRASIL, 2017), declarou que, entre os anos de 2007 e 2010, o Clonazepam, considerando todas as formulações industrializadas e as manipuladas sujeitas a controle especial, foi o princípio ativo mais consumido no país (ZORNANELLI et al, 2019). Esses medicamentos são amplamente conhecidos e usados pelos professores, muitas vezes para aguentar a rotina e as cobranças constantes, causando um ciclo vicioso. Apesar de fatores externos serem os estressores que levam ao adoecimento do professor (GASPARINI, BARRETO, ASSUNÇÃO, 2005), cabe a ele mesmo evitar o abuso de substâncias que podem gerar um efeito inverso ao desejado, ou seja, a melhora de sua performance acadêmica. O uso de medicamentos estimula o tônus psíquico, melhora o humor e, conseqüentemente, a psicomotricidade de maneira global (SEGAT & DIEFENTHAELER, 2013). Entretanto, esses medicamentos podem originar efeitos colaterais no organismo, como dificuldade visual, boca seca, constipação intestinal e dependência (SEGAT & DIEFENTHELER, 2013 p. 47).

Promoção da saúde do professor e a criação de políticas públicas

A partir do exposto, é possível afirmar que, atualmente, o cenário da profissão docente é desolador, por ser marcado por transtornos psicológicos causa-

dos pelas patologias decorrentes de ampla diversificação de fatores (TENAGLIA, 2018). Assim sendo, é necessária a promoção da saúde do professor! E isso deve ocorrer por meio de políticas públicas direcionadas à classe de trabalhadores da educação. Com o aumento da visibilidade de estudos das doenças laborais em professores, as autoridades políticas se movimentam para fazer a diferença. Com essa maior visibilidade, surgiram diversos programas e ações que auxiliaram as pesquisas sobre o adoecimento do professor e movimentaram as ações, envolvendo políticas públicas e leis trabalhistas. Podemos citar, como exemplo, o ocorrido em 2017, quando o deputado Renato Câmara apresentou um projeto de lei estabelecendo regras sobre prevenção às doenças ocupacionais nas redes estaduais de ensino de todo o país. Apesar de não haver leis nacionais, alguns estados brasileiros têm leis estaduais ou municipais que visam à prevenção de doenças laborais em professores. Um exemplo é o estado de São Paulo, que possui a Lei Estadual 12.048, de 21 setembro de 2005, que tem como garantia e dever do estado:

I - informar e esclarecer os professores e outros profissionais da área da educação sobre a possibilidade da manifestação de doenças decorrentes do exercício profissional, tais como faringite, bursite, dermatite e outras; II - orientar sobre os métodos e formas preventivas de combate a referidos males; III - encaminhar o profissional enfermo para o adequado tratamento das moléstias de que seja vítima em virtude da profissão (BRASIL, 2005).

Embora possa parecer otimista esse contexto com leis em andamento, consideramos como descaso por parte do governo a falta de políticas públicas voltadas à saúde do professor, o que certamente tem agravado a situação.

No entendimento de Oliveira (2008), a profissão docente vem sofrendo com o processo de precarização com o decorrer do tempo. Isso pode ser observado por meio da ampliação de trabalhos temporários, salários inadequados ou incondizentes com a carga horária e atividades, bem como a perda de garantias trabalhistas. Em 2019, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) afirmou que a reforma da Previdência poderia colocar a saúde do educador em risco e, conseqüentemente, a qualidade de ensino. Segundo a

CNTE (2019), a Proposta da Emenda Constitucional (PEC) nº 6, de 2019, coloca a saúde do professor em risco, pois, com o fim da aposentadoria especial, os professores deverão trabalhar 40 anos para poderem se aposentar com 100% do seu salário.

A Reforma Trabalhista, legalizada pela Lei nº 13.467/2017, legitima tais práticas, como a supremacia do acordado sobre o legislado, a relação do empregador com o empregado e a flexibilização dos contratos de trabalho, o que, de forma indireta, legaliza a precarização e a desvalorização das profissões. Isso evidencia como algumas atitudes governamentais contribuem para a epidemia de doenças laborais nos ambientes educacionais.

Os problemas até então descritos sobre a saúde do professor não podem ser vistos isoladamente; é necessário levar em consideração todas as relações que envolvam o trabalho docente. Enquanto não houver uma consciência coletiva, nada vai ser resolvido. Deve-se chamar a atenção para a implementação de políticas públicas, que só serão concretizadas com a união de várias forças da sociedade. É urgente evitar a naturalização do sofrimento do professor, o que exige conscientização do problema por parte de todos. Para isso, é imprescindível a criação de leis, em âmbito nacional, que amparem o trabalhador da educação.

Considerações finais

As doenças ocupacionais em professores não são enfermidades isoladas, mas uma consequência de problemas de diferentes ordens gerados no/pelo sistema educacional. Os fatores externos, como a desvalorização salarial e social, violência escolar, despreparo e desamparo pedagógico e acúmulo de tarefas só auxiliam no surgimento de casos de Burnout, depressão, ansiedade, doenças osteomusculares e auditivas. A falta de políticas públicas e desinteresse por grande parte do governo têm elevado significativamente a ocorrência desses problemas. Muitos professores procuram ajuda por meio de remédios, pois não encontram esperanças em autoridades governamentais e isso acaba apenas

mascarando o real problema, o sistema educacional brasileiro que, atualmente, é adoecedor. Pode-se afirmar que, nas últimas décadas, houve uma maior visibilidade para a saúde do trabalhador educacional, porém ainda não há campanhas ou planos de conscientização por parte do governo federal que ajudem na prevenção das doenças. Pelo contrário, podemos observar que a profissão docente tem perdido muitos de seus direitos nos últimos anos, como ocorreu, por exemplo, por meio da reforma da Previdência, que retirou a aposentadoria especial dos educadores e trouxe o congelamento das carreiras dos servidores públicos. Tudo isso tem gerado maiores preocupações e trazido desesperança aos profissionais da educação, interferindo significativamente na sua saúde.

Referências

ALTRAN, Luana dos Santos. Superlotação em sala de aula e sua influência na qualidade de ensino, ausência de dados: o caso do município de Guarulhos. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais**. São Paulo, v. 9, n.1, 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 60% dos professores sofrem com ansiedade e estresse. **Sindicato de Professores do Estado de São Paulo**. São Paulo, nov. 2019.

ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA. Ansiedade, estresse, dores de cabeça e insônia estão entre os principais problemas que afetam educadores. **Nova Escola**, São Paulo, Abril, 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MEDICINA DO TRABALHO. **As 10 carreiras que mais causam depressão**. Duque de Caxias /RJ, 2017.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Caderno do professor: projeto educação e promoção da saúde no contexto escolar**. Brasília, MS, 2007.

BRASIL. Governo de São Paulo. Lei nº 12.048, de 21 de setembro de 2005. **Assembleia legislativa do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2005. Disponível em: < <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20050922&Caderno=DO-E-I&NumeroPagina=3>> Acesso em 01 fev.2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Edu-**

cation A At Glance. Brasília, DF, 2018. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2018/Panorama_da_Educacao_2018_do_Education_a_glance.pdf. > Acesso em 01 fev.2021.

BRASIL. Censo escolar da educação básica 2018. **Caderno de instruções.** Brasília, DF INEP, 2018. Disponível em:< https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/censo_escolar_da_educacao_basica_2018_caderno_de_instrucoes.pdf.> Acesso em 01 fev.2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Divulgação do piso Salarial de professores na educação básica.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/84481-mec-divulga-reajuste-do-piso-salarial-de-professores-da-educacao-basica-para-2020> > Acesso em 01 fev.2021.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Brasília, DF, 2018. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm > Acesso em:01 fev.2021.

CERICATO, Itale Luciane. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** Brasília, DF, v. 97, n. 246, p. 273-289, ago. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO. Reforma Trabalhista coloca em risco a saúde do professor e a educação. **Revista Releases.** Brasília, DF, ago. 2019.

CORBAL, Bethyna Saldanha. Síndrome de Burnout: síndrome do esgotamento profissional. **Revista de Enfermagem UFPE,** Recife, v. 8, n,10, p.3539-46, out. 2014.

FABER, Barry. **Crisis in education:** stress and burnout in the american teacher. São Francisco: Jossey-Bass, 1991.

FACCI, Marilda; Gonçalves Dias. O adoecimento do professor frente à violência na escola. **Fractal: Revista de Psicologia.** Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 130-142, ago. 2019.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNCAO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, ago. 2005.

MARGIS, Regina; PICON, Patrícia; COSNER, Annelise; SILVEIRA, Ricardo. Relação entre

estressores, estresse e ansiedade. **Revista de Psiquiatria**. Rio Grande do Sul [online]. 2003, vol.25. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a08v25s1.pdf>>. Acesso em 01 de fev. 2021.

NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991.

ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Education at glance**. Brasília, DF, 2017. Disponível em:< https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2017/panorama_da_educacao_destaque_do_education_at_a_glance_2017.pdf> Acesso em 01 fev.2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **La cuestión docente: Brasil, las condiciones laborales de los profesores de educación básica**. 1ª ed. Buenos Aires: Fundação Laboratório de Políticas Públicas, 2008.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Aumenta o número de pessoas com depressão no mundo**. Organização Mundial da Saúde. Brasil: 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a prevenção da violência**. UNODC, Viena, 2014.

PINHEIRO, Jaqueline. M.; SCHEIDANO, Neusa. M.J. **A interferência das doenças laborais na prática educativa sob a ótica dos professores do ensino médio**. Curitiba: EDITORA CRV, 2017.

SCARPATO, Arthur. **Transtornos de ansiedade: psicologia clínica & psicoterapia**. Disponível em: <<https://psicoterapia.psc.br/>>. Acesso em 01 feve.2021.

SEGAT, E.; DIEFENTHAELER, H. S. Uso de medicamentos antidepressivos por professores de escolas de diferentes redes de ensino em um município do norte do Rio Grande do Sul. **Revista Perspectiva**, v. 37, n. 137, p. 45-54, 2013.

SILVA, Graziela Nascimento da; CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout: um estudo com professores da rede pública. **Psicologia Escola Educação**. Campinas, v. 7, n. 2, p. 145-153, dez. 2003 Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/pee/v7n2/n2a04.pdf>> Acesso em 01 fev.2021.

SOUZA, Antônio Marcos de Freitas; NETO FILHO, Mario dos Anjos. Uso de medicamentos ansiolíticos por docentes da rede estadual de educação na cidade de Cacoal – RO. **Uningá Review**, Maringá/ PR, v. 4, n. 3, p. 50-55, out. 2010.

THE VARKEY FOUNDATION. **Global teacher status index**. Disponível em: < <https://www>.

varkeyfoundation.org/what-we-do/research/global-teacher-status-index, 2018. Acesso em: > 09 junho 2020.

TOSTES, Maiza Vaz et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**. Manguinhos/Rio de Janeiro. v. 42, p. 87-99, 2018.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira et al. Consumo do benzodiazepínico clonazepam (Rivotril®) no estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2009-2013: estudo ecológico. **Ciência e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 3129-3140, ago. 2019.